

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

CONFERÊNCIA. O NACIONALISMO PORTUGUÊS NO TEMPO DOS FILIPES.

BASTO, A. de Magalhães

Ano: 1931 | Número: 41

Como citar este documento:

BASTO, A. de Magalhães, Conferência. O Nacionalismo Português no tempo dos Filipes. *Revista de Guimarães*, 41 (1-2) Jan.-Jun. 1931, p. 85-100.

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmento.uminho.pt
URL: www.csarmento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

O Nacionalismo Português no tempo dos Filipês

(Conferência proferida na Sociedade Martins Sarmento
na noite de 9 de Março de 1931)

Minhas Senhoras
Meus Senhores :

Nesta sagrada terra vimaranense, nasceu Portugal.

Junto das muralhas do seu castelo pelejaram o nosso primeiro Rei e os esforçados barões seus companheiros contra Galegos e contra Leoneses, porque, já possuídos duma certa consciência nacional, começavam a considerá-los estrangeiros, e portanto afrontosa a sua tutela.

Nos campos circundantes recebeu a jovem nacionalidade o seu baptismo de sangue. Aqui, como em tôda a Lusitânia do Norte, se ouviram as primeiras palavras do idioma que propagando-se para o Sul e absorvendo o romance aí falado ou identificando-se com elle (1), viria a dar a clara língua portuguesa.

Por aqui nasceram e se criaram, daqui parfiram muitos dos guerreiros valorosos da reconquista cristã na tarefa sacrossanta da edificação do novo reino.

A nobre cidade de Guimarães de tam altas tradições, e tam luminosamente evocadora dos tempos heróicos da nacionalidade, dum passado que parece reviver, em estrofes vibrantes de epopeia, quando se contemplam as pedras cinzentas desse castelo que o sol dos séculos bronzeou, dirijo as minhas mais entusiásticas saudações.

Aqui dentro, perante um auditório tam distinto, de filhos de uma terra de tam preclaro civismo, sinto a vibra-

(1) J. L. Vasc. — *Lições de Filologia Portuguesa* — 2.^a ed., Lisboa 1923, pág. 17.

ção simpática de todas as almas ao abordar uma explanação histórica, em que transluz a mais forte aspiração nacionalista no transe mais angustiado da vida portuguesa.

Minhas Senhoras
Meus Senhores:

No dia 19 de Setembro de 1578, a Igreja dos Jerónimos, em Lisboa, testemunho magnífico de uma época de façanhas que assombraram o mundo, regorgitava de gente banhada em lágrimas, de uma negra multidão esmagada pela dor enorme da derrota sangrenta de Alcácer-Quivir.

Eram as exéquias de D. Sebastião. Poderá dizer-se que havia no ambiente, pesado e triste, o pressentimento de que eram também as exéquias da Pátria. O véu escuro do desalento e da desgraça envolvia as almas.

Do alto do púlpito Frei Miguel dos Santos, o Provincial dos Agostinhos prégava ⁽¹⁾:

— «Dês que o mundo é mundo, não houve desventura igual a esta!... Que triste, que lamentável história se compara agora a dêste reino, em outro tempo tam glorioso que sendo tam pequeno em gente, era tam grande em esforço e ânimo, que, lá na India, tantas mil léguas daqui, fazia tremer a barba a nossos imigos!

—... Cuidar nisto parece um sonho! Quem viu hoje há três meses Portugal e o vê agora! Tanta festa, tanta galantaria, tanta riqueza, tanta formosura...

—... Cuidar que um rei que lágrimas pediram, lágrimas criaram, lágrimas sustentaram, acabou assim da maneira que vêdes!...

E por entre os gemidos, os soluços, os prantos das viúvas, das mães, dos órfãos, de tôda a gente, o frade eloquentemente ia prégando...

Numa apóstrofe violenta, acusando aqueles que tinham

(1) In Camilo C. Branco — *As virtudes antigas*. Ed. da Livraria Campos Júnior, Lisboa, pág. 111 e seg.

deixado partir o rei, Frei Miguel dos Santos, bradava agora em tom cavo e apocalíptico :

— «... Como a culpa foi tôda nossa e de nossos pecados, juízo justíssimo é o de Deus, que não tenhais pais, nem maridos, nem filhos, nem irmãos, nem parentes, nem honra, nem vida; estou em dizer que nem Deus, senão afronta perpétua, sibilo perpétuo, ignomínia indelével em vosso rosto! »

Por entre os choros convulsos que irrompiam da multidão, continuou fustigando os ouvintes. Exprobrou-lhes a vaidade, o luxo, as prodigalidades, mostrou que o mal da hora presente não fôra um castigo repentino, mas já anunciado por mui diversos modos.

Lembrou que Deus não recolhera ainda o açoite, e ameaçou a multidão pávida com estas palavras :

— «Se vos não emendais, muito deveras temo outro castigo muito pior que êste, e quanto a mim não duvido que tarde muito, antes que muito depressa venha sobiando pelas orelhas. . . »

Menos de três anos decorridos, Filipe II, nas côrtes de Tomar, era jurado rei de Portugal. Cumprira-se a profecia do Provincial dos Agostinhos.

*

* *

Não pertence ao objectivo dêste estudo a análise dos sucessos que levaram o pobre reino lusitano das mãos trêmulas do Cardeal D. Henrique para as de Filipe, de Castela. Consideremo-nos em presença do facto consumado.

Ao iniciar-se o período da dominação filipina, Portugal debatia-se na mais pavorosa crise moral da sua História. Aquele sonho colectivo que animara os Portugueses dos primeiros tempos dos Descobrimentos — êsse sonho, em que havia muito ideal, muita fé religiosa, e uma nobre sêde de glória, — desaparecera.

Só o egoísmo feroz imperava. O materialismo, o mercantilismo, os interesses grosseiros dominavam a sociedade.

Só se pensava em luxo e em prazeres. A' espantosa perversão dos costumes, juntava-se uma deplorável falta de senso moral. Por cobardia, por venalidade, por ódios pessoais mesquinhos, por indiferença, ou por pessimismo, Portugal... — Portugal, não — mas muitos dos homens que representavam o escol intelectual e social da nação, aceitaram sem um forte rebate de consciência o jugo castelhano. *Pátria* chegara a ser, para um certo número d'esses homens — para os que se venderam — uma palavra sem sentido. Foi sobretudo por culpa dessa minoria influente pela sua inteligência, cultura e situação, que a aventura do Prior do Crato morreu sem ter achado t'oda a necessária solidariedade na alma nacional.

As causas profundas da decadência portuguesa devem procurar-se justamente em factores de ordem psicológica.

Os defeitos que já na 1.^a metade do séc. XVI Nicolau Clenardo, o famoso humanista flamengo, descobrira no nosso povo explicam-nos o mecanismo dessa decadência, sem necessidade de congeminações transcendententes.

Chocaram o nosso visitante o desprezo que os Portugueses sentiam por todo o trabalho útil, a preocupação de aparentarem grandeza e fidalguia, a ligeireza dos costumes, etc. (1).

Da repugnância pelo trabalho que, como cousa vil, era deixado aos escravos, resultara o definhamento da agricultura e das indústrias; da mania nobiliárquica provieram o aband'ono dos campos e a ambição de ombrear com a nobreza nas pompas do trajar e do viver; da ligeireza dos costumes, a perversão moral; de todas estas causas, o amolecimento do carácter e da vontade, o egoismo, o materialismo, a *apagada e vil tristeza* em que o País se abismara!

Muitos dos homens que viveram os dias trágicos de Alcácer-Quivir, ou que pertenceram a uma época pouco posterior, atribuíram a derrota a um castigo dos céus!

Portugal expiara num mar de sangue os seus pecados.

•E serem os nossos pecados grandes (escrevia-se nas primeiras décadas do séc. XVII) bem se mostra nos casti-

(1) Carta de Clenardo a Látomo, in Dr. M. G. Cerejeira — *Clenardo*. Coimbra, 1926, pág. 268 e seg.

gos, que nenhum reino de cristãos se sabe que tam flagelado tenha sido como êste;... digam-no os africanos campos de Alcácer...» (1).

Conestagio, depois de verberar a ociosidade, o luxo, e a corrupção moral da sociedade portuguesa de então, diz também — «Deus quando quer castigar tira o entendimento, e faz que o homem tenha mais estimação de si do que deve; assim fez» com este povo.

«Castigou os Portugueses quando mais seguros julgavam estar, e tanto deram maior queda quanto mais estavam no alto da roda, porque esta gente, *a mais presunçosa do mundo*, fazendo últimamente a guerra à Africa, ficou cativa» (2).

Do luxo exagerado falou o prêgador Fr. Miguel dos Santos —: Cada Português gastava mais no feitiço de umas calças do que de rendimentos tinham tido em tôda a vida seus avós; ninguém podia dormir senão em camas moles e defumadas, com polvilhos à cabeceira, em leitos doirados e cortinas rendadas de prata e ouro; ninguém comia (no dizer do Frade) senão bocadinhos e guisadinhos a que não há atinar com os nomes nem bebia senão vinhos preciosos e águas fresnoitadas... E o que era muito pior: estavam os Portugueses «*tam soberbos e entoados que ainda na igreja faziam sobranceiras a Deus*» (3).

Numa carta curiosissima attribuida a Pedro de Alpoim fala-se dos fidalgos daquele tempo nos seguintes termos pouco lisonjeiros. «Estes senhores não sabiam mais que rasgar sêdas, lograr perfumes da India, águas distiladas, passear as damas, inquietar donas virtuosas e honestas, andar com a dama no ar, soberbos mais do que Lúcifer» (4).

Não sei se em V.^{as} Ex.^{as} causa espanto tam grande arrogância dos Portugueses do entardecer do século de Quinhentos. Não deve causar.

! Como não haviam de ser vaidosos e soberbos os des-

(1) Francisco Rodrigues Silveira, cit. por Costa Lobo — *Origens do Sebastianismo*, pág. 81.

(2) Jerônimo Franchi Conestagio — *Historia de la Union* (ed. 1610, trad. cast.), pág. 7.

(3) Sermão, in Camilo, op. cit.

(4) In C. C. Branco — *Noites de insomnia* — 2.^o vol. pág. 204 (ed. 1929).

cendentes ainda tão próximos dos homens que tinham escrito com a sua espada e o seu sangue uma das mais fulgurantes páginas da história da Humanidade, perante a qual cessara... *tudo que a antiga musa canta!*

O heroísmo do *peito ilustre lusitano* havia criado um tam *alto império* que:

O sol logo em nascendo (o) vê primeiro.
Vê-o também no meio do hemisfério
E quando desce o deixa derradeiro.

Com que justo orgulho Duarte Pacheco Pereira ⁽¹⁾, Pedro Nunes ⁽²⁾, Garcia da Orta ⁽³⁾ (e até Diogo Gomes, já nos fins do séc. XV) ⁽⁴⁾ falavam da nossa gloriosa epopeia ultramarina e dos seus surpreendentes resultados no campo científico!

Ptolomeu e Plínio, Séneca e Estrabão, Dioscórides e Galeno, todos os sábios antigos, tanto Gregos como Romanos, nada sabiam em comparação com o que os Portugueses todos os dias vinham ensinando.

Não posso alongar-me, como desejava, a referir o assombro com que na Europa se falava d'êste pequeno Povo, que depois de descobrir novos mares, novas terras, novos céus e novas estrélas, ia levar à India as suas arma-

⁽¹⁾ In — *Esmeraldo de Situ Orbis* — Lisboa, 1892 — falando do valor das viagens marítimas portuguesas, a pág. 82, afirma — «e nestas cousas a nossa nação dos portugueses precedeu todo-los antigos e modernos em tanta quantidade que sem repressão podemos dizer que eles em nosso respeito não souberam nada.»

⁽²⁾ In — *Tratado em defensam da carta de marcar* — lê-se: «Não há dúvida que as navegações d'êste reino, de cem anos a esta parte, são as maiores, mais maravilhosas, de mais altas e discretas conjecturas que as de nenhuma outra gente do mundo. Os Portugueses ousaram cometer o grande mar Oceano. Entraram por êle sem nenhum receio. Descobriram novas ilhas, novas terras, novos mares, novos povos, e o que mais é: novo céu e novas estrélas.»

⁽³⁾ In — *Colóquios* — «Não me punhais medo com Dioscórides nem Galeno, que não hei-de dizer senão a verdade e o que sei... que se sabe mais em um dia agora pelos Portugueses do que se sabia em cem anos pelos Romanos.»

⁽⁴⁾ In — *Prima inventione guinaeae* —, falando dos grandes rios e cidades no interior do Senegal, nas regiões tropicais, acrescenta: — «et haec omnia invenimus in contrario salva gratia illustrissimi Ptolomei.»

das vibrando certo golpe no poderio dos turcos que ameaçava subverter a civilização ocidental.

Não é hiperbólico dizer-se que em todo o mundo ressoou naquele tempo o nome de Portugal!

*
* * *

Tanta glória, contudo, transtornara-nos o juízo. Êsse foi um dos nossos grandes males. Caímos no pecado da soberba. Chegara a formar-se em nós uma auto-idolatria; como afirmava Vicente Rodrigues Espinel; em nada estimávamos *el resto del mundo*.

Considerávamo-nos superiores aos outros homens, quasi como deuses. E, na verdade, «um momento fomos deuses porque tivemos a *omnipotência*», escreve um historiador dos nossos dias (1).

A mania nobiliárquica e o luxo correspondiam a êsse estado de espírito. Todos em Portugal queriam ser fidalgos. Já nas côrtes de Elvas de 1481-82 se reclamavam providências. Num dos Capítulos lê-se: «*os filhos dos lavradores (pedem aos pais) que os vistam ao modo que andam os das cidades e vilas e como ham uma capa, cinto e borzequins saltam logo no Paço*», arvoram-se em fidalgos e não descansam enquanto os pais *não vendem os bois*.

Segundo Gil Vicente cêdo não haveria vilões — *Todos d'El-Rei! Todos d'El-Rei!*

Na *Miscelânea* de Garcia de Rezende lê-se:

Ja se os reys nō hãa mesler,
pois toma dô quê ho quer,
& armas nobres tambem
toma quem armas nam fem,
& da ho dom aa molher (2).

Porém, para se poder viver como fidalgo era preciso ser rico; para enriquecer depressa era preciso ir à Índia. E na Índia... — (Lembre-se a informação que, segundo se

(1) Oliv. Martins — *Hist da Civ. Ibérica* (2.ª ed.) — Lisboa, p. 189.

(2) *Miscelânea*, est. 231 — Ed. de Mendes dos Remédios n.º XIX dos *Subs para a História da Literatura Portuguesa*.

conta, S. Francisco Xavier mandou a D. João III sôbre as cousas daquele Estado: — Aqui, Senhor, o verbo *rapio* conjuga-se por todos os modos) (1). — Na India, em poucos anos faziam-se fortunas. A India era a terra dos grandes negócios das especiarias e Portugal como a ostra, dizia o rifão, não se podia comer sem pimenta... (2).

As causas da decadência portuguesa foram múltiplas.

Enumerarei as fundamentais; outras secundárias se poderiam apontar. Mas o que disse basta para mostrar que a desastrosa jornada de Africa, com todos os erros da sua organização e comando, não foi evidentemente a causa primária da decadência nacional.

O nosso edificio político assemelhava-se a um vêlho e majestoso, mas esburacado solar. Há muito se estava desmoronando. O mais pequeno embate o podia destruir por completo. Ora o contra-choque formidável da derrota de Alcácer não fez mais do que tornar mais rápida e mais estrondosa a ruína; no entanto Portugal, ao menos, morria combatendo, morria envólto «na sua *armadura de soldado*» como escreveu um historiador romântico (3).

Talvez tenham razão os que sustentam que o Desejado, justamente pela sua teimosa loucura de querer ser um cavaleiro medieval numa época e numa sociedade de traficantes e agiotas, é uma figura que se impõe, pelo menos, ao nosso respeito e simpatia. Talvez êle possa considerar-se de facto, como alguém já afirmou, «a figura emblemática da reacção da virtude contra o vício, do ideal contra o mercantilismo, do espírito de sacrificio contra o egoísmo triunfante, da ideia nacional e da grandeza da Pátria contra os que a transformaram num sindicato de apetites e de interêsses» (4).

Será assim!... Porém o aspecto moral e material da sociedade portuguesa não melhorou com o holocausto do moço-rei. Foi um sacrificio inútil — e mais ainda fatal para a independência da Pátria, dessa Pátria a que êle,

(1) Por ex. in Supico — *Apothegmas memoraveis*.

(2) Cit. por Bruno — *O encoberto*, pág. 93, em que cita H. Lopes de Mendonça.

(3) P. Chagas. *Hist. Port.*, IV, 3.^a ed., pág. 294.

(4) A. Pinheiro Tôrres — in *A labareda* (2.^a sér., n.º 1 e 2), pág. 8.

idealista e sonhador, queria restituir, com uma loucura, a higidez do corpo e da alma que há muito a tinha abandonado.

*
* | *
*

Pode afirmar-se sem hesitação (apesar de tudo quanto escreveu Oliveira Martins na sua *História de Portugal*, nesse livro admirável como literatura e arte, lamentável como história) que nunca se extinguiu em todo este período no nosso povo a consciência da individualidade pátria. Mesmo no *tempo das alterações* (como se chamou na época aos meses que precederam a anexação castelhana), mesmo nesse tempo em que a venalidade, a cobardia, a perversão, enlamearam o nome de muitos Portugueses, inúmeros factos se podem apontar demonstrativos do que afirmo.

Todos sabem que a união de Portugal a Castela foi feita sob a promessa da conservação da anterior dualidade política peninsular, bem como dos foros e franquias portuguesas. Filipe II que jurou essas bases nas Côrtes de Tomar em 1581, foi quasi inteiramente fiel ao que se obrigou. Como ninguém ignora também, não lhe seguiram o exemplo os seus sucessores.

Ora o facto de o rei — a quem a História (certamente com alguma razão) deu o cognome de Prudente — ter accedido a manter como lhe fôra pedido uma relativa autonomia política e administrativa ao nosso País, demonstra (salvo erro) da sua parte o receio de realizar abruptamente, sem grandes dificuldades, a anexação pura e simples de Portugal; demonstra, a meu ver, que ainda existia em Portugal, reconhecido por estranhos, um tal ou qual sentimento nacionalista.

Vários factos o confirmam. Recorde-se a admirável figura de Febo Moniz pugnando nas Côrtes, com inalterável patriotismo, pela independência.

Recorde-se aquele emocionante episódio dos Procuradores dos Concelhos, em 22 de Janeiro de 1580, jurando sobre a hóstia sagrada (depois de comungarem publicamente) *preferir a morte à sujeição a Castela*.

Recorde-se o alvoroço com que muitas cidades e vilas chegaram a armar-se para resistirem à invasão. Recordem-se

as iras e a agitação populares, e os receios contínuos daquelles que a voz pública apontava como vendidos ou partidários de Castela.

Lembrem-se as intrigas de Cristóvão de Moura para agravar as inimizades entre o Duque de Bragança e o Prior do Crato, o que só tinha por fim impedir que ambos se congregassem para a opposição a Castela.

Rememore-se o empenho com que o agente de Filipe II quis assegurar-se da adesão dos próceres (de todos os indivíduos de categoria e de influência), empenho que não é explicável a não ser pelo receio de um levantamento nacional de perigosos resultados desde que não estivesse de ante-mão privado dos chefes.

O movimento em favor de D. António de diversas terras do reino, denuncia (pelo menos naquele grupo de Portuguezes que se manteve fiel, com uma dedicação inexcedível, na hora desesperada da luta) a existência de um sentimento patriótico disposto a correr todos os perigos, disposto a vender por bom preço a liberdade.

Esse levantamento não foi mais do que uma rápida *scentelha*, mas se não tivesse sido atalhado de súbito pela irrupção das tropas castelhanas, poderia, na opinião insuspeita de Cristóvão de Moura — o qual tanto falava do *humor* português e tam bem conhecia o seu e nosso País — poderia vir a *«encender un gran fuego»* (1).

E mais ainda: ¿porque não foi possível aos esbirros a sôlido de Castela, à sua soldadesca infrene, sedenta de sangue e de rapina, alcançar e prender o Prior do Crato, durante os meses que andou fugido? Seguramente porque êle representava para o povo português a esperança da futura restauração. Ameaças contra quem lhe der refúgio! Promessas a quem o capturar! 80:000 ducados a quem o entregar vivo ou morto! Mas ninguém o denuncia. Prende-se gente, vexam-se famílias. Tudo inútil. Pedro de Alpoim, o seu lealíssimo amigo, é pôsto a tormentos. Morre heróicamente, rola-lhe a cabeça no cadafalso, sem que os

(1) De uma carta de Cr. de Moura a Filipe II, em 24 de Junho de 1580 — in Damião Peres — 1580 — *O govêrno do Prior do Crato*, Barcelos, 1928 — pág. 15.

algozes tivessem arrancado dos seus lábios uma única palavra sôbre o paradeiro do Príncipe.

Não se sabe bem, ainda hoje, por onde andou fugido o Prior do Crato. Do que não há dúvida é de que esteve aqui no Minho, durante muitos meses, sempre insistentemente procurado — quem sabe se mesmo em Guimarães, onde tantas simpatias contava, talvez, desde o tempo em que aqui foi educado no Convento da Costa.

Mas os seus perseguidores o mais que conseguiam era ver-lhe a sombra. Hoje num solar, amanhã numa choupana, agora num convento, logo na espessura dos matos, sempre mudando de abrigo — e ninguém cometeu a vilania de o denunciar! Quantos o poderiam ter feito!

No Minho pelo menos havia ainda quem soubesse ser verdadeiramente Português!

Se inúmeros factos demonstram que em 1580 (apesar, repito, de toda a podridão e miséria moral da sociedade portuguesa da época) não tinha morrido o sentimento patriótico do nosso povo, a partir daquela data esse nacionalismo avigora-se e não deixa de se manifestar ostensivamente pelos modos que o regime de sujeição, em que se vivia, o permitiu.

Torna-se mais fundo o antagonismo que desde sempre existira entre as duas grandes nações peninsulares, que, se é certo, terem tido uma evolução paralela e destinos idênticos a cumprir, sempre que uma delas surgira com veleidades de dominação sôbre a outra, sempre se repeliram encarniçadamente. Os traços da unidade moral portuguesa afirmaram-se cada vez com mais vigor.

Não se diga que foram apenas as extorsões de Olivares que geraram a repulsa do oprimido ao opressor.

Para tal se afirmar é preciso desconhecer-se a história portuguesa dos séculos anteriores ao governo dêsse célebre ministro de Filipe IV. Os vexames exercidos por Olivares, e em geral os de todo o periodo da dominação, agravaram sem dúvida os ressentimentos portugueses e mostraram âqueles dos nossos compatriotas que porventura tivessem estado sinceramente esperançados nos benefícios da união peninsular, quanto se tinham enganado. Demonstraram nitidamente que os interêsses de Portugal, e as suas aspirações, eram inconciliáveis com os interêsses e aspirações castelhanas.

Mas não foram êsses factos que *criaram*, que deram origem à antipatia pelo castelhano. Havia um antagonismo secular nas duas almas tam diversas dos dois povos. A' nossa individualidade nacional, nitidamente afirmada já no decurso de alguns séculos, repugnara sempre a sujeição a Castela.

*

* * *

Hispani omnes sumus — dizia na primeira metade do século XVI, referindo-se a todos os habitantes da Hispânia, Mestre André de Rezende.

Esta frase, tantas vezes repetida, envolve uma ideia que não parece ter sorrido a muitos Portuguezes do tempo dos Filipes, principalmente depois de terem experimentado os primeiros resultados da União; dizer-se: *somos todos espanhóis* — implica uma fraternidade, uma comunhão de interesses, que estavam longe de existir entre Portuguezes e Castelhanos.

Um aspecto dêsse desacôrdo se observa, com maior ou menor evidência, em grande número de produções literárias nacionais dêsse período.

Quem conhecer superficialmente o movimento intelectual português de 1580-1640, não imagina a ânsia nacionalista que, na maioria dos casos, os livros portuguezes então publicados representam.

Os Filipes não se opuseram, antes favoreceram por vezes, a publicação dos trabalhos de erudição histórica sôbre o passado luso. ¿Significa essa atitude que não era propósito de Castela fazer a absorção da nacionalidade portuguesa, — ou que os govêrnos de Madrid não compreenderam bem o perigo que tais livros representavam para a unificação moral e política da Península?

Deixemos a resposta a quem a quizer e souber dar. O que para nós agora interessa é o facto em si; não as suas determinantes.

Ninguém se admire se encontrar na portada dêsses livros dedicatórias mais ou menos encomiásticas aos Filipes, ou se vir que muitas dessas obras foram escritas em castelhano.

Alouvamihice era o preço por que se compravam as boas graças régias e se fugia ao perigo de ser apon-

tado como rebelde; a língua castelhana vinha sendo usada pelos escritores portugueses desde o Condestável D. Pedro e Gil Vicente até Luis de Camões; e, uma vez restaurada a independência, muitos dos folhetos publicados em defesa dos nossos direitos de povo livre, foram escritos em castelhano.

Usar a língua de Castela durante o domínio filipino não implicava fatalmente adulação ao usurpador. Era um bilinguismo que vinha de longe. Podia mesmo corresponder apenas, como após 1640, ao reconhecimento da maior expansão que, em virtude da grande área dos domínios castelhanos na Europa, tinham os livros escritos na língua de Cervantes. Veremos em breve que justamente neste período houve uma forte reacção em favor do nosso idioma e que muitos escritores o defenderam da inferioridade que lhe era atribuída em relação ao castelhano.

Analisando com um pouco de atenção as principais obras literárias e históricas publicadas em Portugal sob o domínio Filipino (diga-se, de passagem, que foi enorme a actividade dos prelos portugueses nesse período) não é difícil descobrir em muitas delas um forte sentimento e um verdadeiro intento nacionalistas. Houve, é evidente, uma espécie de campanha de reconstrução espiritual.

Os poetas (incensando por vezes os reis intrusos) vão cantando o *Condestável*, a *Ulisseia*, a *Malaca conquistada*, o *Viriato*, etc. — relembrando «todo o esplendor dos fastos nacionais» (1). ¿Que pretendia Rodrigues Lobo com o seu poema *Condestabre* em que tanto exaltava o amor da liberdade e da pátria e tanto elogiava D. Nuno e os seus descendentes — os Braganças?

Parece poder dizer-se segundo conluo da hipótese de D. Carolina Michaëlis, que o poeta nada mais procurava do que aplanar o caminho do trono ao futuro D. João IV (2).

Não é possível aqui especializar todas as obras literárias portuguesas do tempo dos Filipes em que se notam intuítos patrióticos. Mas não quero deixar de lhes falar dum dos livros mais curiosos sob êsse ponto de vista:

(1) Costa Lobo — op. cit., pág. 82.

(2) In prefácio à conferência de Ricardo Jorge — *A intercultura de Portugal e Espanha no Passado e no Futuro*.

Flores de España, Excelencias de Portugal, do portuense D. Antonio de Sousa de Macedo, publicado em Lisboa, em 1631.

Ressalta de todo êle, apesar de escrito em castelhano, um nacionalismo ardente.

É' devéras significativo o capítulo em que o autor fala do valor português.

— *Somos muito mais valentes do que os Castelhanos* — afirma Sousa de Macedo sem hesitação.

Vencemo-los em todas as guerras notáveis que com êles sustentámos.

Mas como a pilula era amarga de mais para o paladar do Leão de Castela, coloriu-a, acrescentando: *esta é a maior prova de esforço que têm os portugueses, pois não pode haver maior glória do que vencer o povo de que treme o Orbe... »*

Porém, vai mostrando, com finas ironias, que êsse mesmo povo de *que treme o Orbe* jámais conseguiu fazer tremer Portugal.

Começa por se referir ao recontro de Val-do-Vez, do qual quâsi todos os historiadores castelhanos se não occupam, *« parece que porque no les conviene... »*. Fala de Aljubarrota, da desproporção dos dois exércitos, da mortandade dos castelhanos — e morreriam *muchos mas* se o sol parando o seu curso fizesse maior o dia; e logo acrescenta com desdém — *essa vitória não foi das maiores « que los portugueses an tenido »*.

Por exemplo, em Valverde, Nun'Alvares, apenas com três mil homens derrotou um exército muito mais numeroso. Mas não vale a pena citar êste triunfo, diz Macedo, porque só quer mencionar os que foram conquistados em combates em que estivessem os reis. Se tratasse dos ouíros, seria *cosa infinita!*...

Segue-se a batalha de Toro. Os historiadores do país vizinho dizem que nós fomos derrotados... Mas *« em que funda Castela a sua vitória?... Se chama vitória o fazer desta vez mais resistência a Portugal que das outras, digo que lhe sobra razão e chamo-lhe vencedora mil vezes »*. E acrescenta: — *« Não admira que os Castelhanos afirmem que foram êles os vencedores: apoderam-se das vitórias duvidosas já que as não têm certas e indiscutíveis. »*

Quanto aos sucessos de 1580, afirma que Portugal

não foi derrotado por Castela. Aquilo não passou duma guerra civil. Os Portugueses foram vencidos apenas pelos partidos que se guerreavam uns aos outros.

Conclusão:

«De todo lo dicho vemos como los Portugueses vencieron siempre los Castelhanos, de lo qual se siegue que vencieron las mas naciones del mundo.»

Eis a sua lógica — «Se a nação castelhana venceu e vence todas as outras (está claro que vence; ninguém se lembrava por exemplo da *Armada*... *Invencível*) e vence todas as outras como é notório, e a portuguesa a vence a ela, boa consequência é dizer que a todo o mundo vencem os portugueses, segundo aquela regra de direito: *Si vinco vincentem te...*» Se venço o que te vence a ti, com maior razão a te vencerei...

É evidente ainda, em tôda esta época, um movimento intenso de apologética da literatura e da língua nacionais.

Foram publicadas numerosas obras «inéditas ou esquecidas» dos grandes poetas e prosadores de Quinhentos, como Gil Vicente, Sá de Miranda, António Ferreira, Diogo Bernardes, Francisco de Moraes, Jorge Ferreira de Vasconcelos, Luís de Camões, e muitos outros. Edições das obras de Camões fizeram-se 36.

Para a edição da *Comédia Ulyssipo*, de Jorge Ferreira, em 1618, o censor do Santo Officio informava expressivamente — «bem merece (êste livro) andar nas mãos de todos os curiosos cortesãos por se ver nêle a frase portuguesa em sua antiga purezã e perfeição».

Frei Bernardo de Brito incitado a escrever a *Monarquia Lusitana* em latim ou castelhamo, decidiu-se patriôticamente pela língua dos Lusíadas, que êle considerava *superior a todas as da Europa*.

E acrescenta — «Se os seus naturais — (*deixando de ser víboras de si mesmos*) — a engrandescessem com impressões e livros compostos nela, fôra hoje tanto e mais famosa que a Castelhana e a Italiana.»

¿Não serão estas palavras, escritas já em 1597, no prefácio da obra referida, um claríssimo incitamento à actividade dos autores e dos prelos nacionais?!

Insuspeitas em virtude de provirem de um escritor português a quem a Inquisição, sob os Filipes, chegou a negar licença para a publicação de um livro por ser favo-

rável ao domínio de Castela ⁽¹⁾, são as expressões de Duarte Nunes de Leão, quando (tratando dos vocábulos de origem estrangeira na nossa língua) nota quam poucos havia importados de Castela.

Após a anexação usavam-se alguns, mas era reduzi-dissimo o seu número; e Duarte Nunes afirma que «se houvessem de se fazer represálias de parte a parte por os vocábulos usurpados, ainda acharam mais dos nossos usurpados dos castelhanos, que seus usurpados dos nossos» — pois «antes parece que fogem (os Portugueses) de se parecerem com eles na língua» ⁽²⁾. A este propósito lembre-se que um dos Capitulos jurados em Tomar por Filipe II estabelecera que os Decretos destinados a terem execução em Portugal seriam sempre escritos em português.

Significa quanto acabo de dizer que os Portugueses sob o jugo castelhano souberam prezar e defender a língua pátria. Por nacionalismo? Suponho-o evidente.

Já em 1536 o gramático Fernão de Oliveira declarava ser capaz de jurar que «não é amigo da sua gente» «quem folga de ouvir outra língua na sua terra» ⁽³⁾.

Ora o testemunho de Duarte Nunes há pouco citado, leva-me a crer que de igual modo pensavam os Portugueses de 1580-1640.

A. DE MAGALHÃES BASTO.

(Conclui no próximo fascículo).

(1) Comunicação feita pelo sr. António Baião à Academia das Ciências de Lisboa — cit. em J. T. da Silva Bastos — *História da Censura Intelectual em Portugal* — Coimbra, 1926, pág. 91.

(2) D. Nunes de Leão — *Origem da língua portuguesa*, 1606, págs. 125 e 129.

(3) Cit. por Teóf. Braga, *História da Literatura Portuguesa*. II: Renascença, 1914, pág. 562.